



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 1.928, DE 2015

(Do Sr. Evair de Melo)

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para estabelecer critérios para autorização de ingresso em território nacional de produtos in natura de origem vegetal oriundos de outros países.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-1670/2015.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, passa a vigorar acrescido do Art. 57-A, com a seguinte redação:

“Art. 57-A O ingresso em território nacional de produtos *in natura* de origem vegetal somente será autorizado após a apresentação de laudo de conformidade fitossanitária, expedido pela autoridade fiscalizadora competente no âmbito federal.

§1º O laudo de que trata o *caput* será elaborado após visita de técnicos especializados, vinculados à autoridade fiscalizadora competente, aos locais envolvidos na cadeia produtiva.

§2º A visita referida no parágrafo §1º deste artigo deverá abranger os cultivos próximos ao local de plantio dos produtos referidos no *caput*.

§3º Não será aprovado o ingresso em território nacional de produtos vegetais *in natura* que apresentarem risco de introdução de pragas e doenças em território nacional ou que deixarem de observar os padrões de qualidade compatíveis aos estabelecidos pela legislação brasileira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil ocupa importante posição no comércio mundial de alimentos. Nos últimos anos, o agronegócio brasileiro apresentou excelentes resultados, e representa, atualmente, cerca de 20% do Produto Interno Bruto nacional. É também um dos setores que mais gera empregos no país. Em maio de 2015, a participação do agronegócio foi recorde nas exportações brasileiras, alcançando 51,5%. O valor atingido foi de US\$ 8,64 bilhões, com destaque para exportação de grãos.

Para a exportação de produtos de origem vegetal o Brasil exerce rigoroso controle fitossanitário, reconhecido internacionalmente. Esse controle reduz a possibilidade de disseminação de doenças agrícolas, que podem ter efeitos devastadores sobre as plantações.

É sabido, entretanto, que alguns países exportadores não possuem o controle de pragas e doenças compatível com as exigências brasileiras e internacionais. Ao importar alimentos de origem vegetal desses países, corremos sérios riscos de expor nossas lavouras à contaminação com pragas e doenças eventualmente não detectadas pelas autoridades dos países de origem.

Com objetivo de proteger os produtores brasileiros, a presente proposição busca dar maior segurança ao controle fitossanitário dos alimentos de origem vegetal importados. A exigência de laudo de conformidade fitossanitária emitido por técnicos vinculados ao Poder Público aumentará a eficácia no controle de pragas e doenças, garantindo, dessa forma, que o agronegócio brasileiro mantenha a trajetória de crescimento observada nos últimos anos.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos ilustres colegas parlamentares para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 2015.

Deputado **EVAIR DE MELO**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL
Seção de Legislação Citada - SELEC

DECRETO-LEI Nº 986, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969

Institui normas básicas sobre alimentos.

OS MINISTROS DA MARINHA DE GUERRA, DO EXÉRCITO E DA AERONÁUTICA MILITAR, usando das atribuições que lhes confere o artigo 3º do Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, combinado com o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

Decretam:

CAPÍTULO X
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. A importação de alimentos, de aditivos para alimentos e de substâncias destinadas a serem empregadas no fabrico de artigos, utensílios e equipamentos destinados a entrar em contato com alimentos, fica sujeita ao disposto neste Decreto-lei e em seus

Regulamentos, sendo a análise de controle efetuada obrigatoriamente, no momento do seu desembarque no País.

Art. 58. Os produtos referidos no artigo anterior ficam desobrigados de registro perante o órgão competente do Ministério da Saúde, quando importados na embalagem original.

.....
.....

FIM DO DOCUMENTO
